

TELEJORNALIS SÃO DOCUMENTOS HISTÓRICOS E DEVEM ESTAR NA BIBLIOTECA NACIONAL

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresenta moção à Assembleia da ANPOCS reivindicando o acesso público, livre e irrestrito aos arquivos audiovisuais do telejornalismo brasileiro.

Se a BN garante por lei que todos os livros e jornais impressos no Brasil sejam obrigatoriamente depositados em seu acervo, não há por que os telejornais também não devam ser arquivados enquanto documentos históricos primários.

JUSTIFICATIVA

Após mais uma eleição presidencial no Brasil e diante de críticas contundentes em relação ao papel dos meios de comunicação e dos noticiários brasileiros, é importante e relevante lembrar a necessidade de “libertarmos” os arquivos de telejornais. Eles continuam reféns de alguns poucos *gatekeepers* que controlam os centros de documentação de nossas emissoras de televisão. Ninguém pesquisa telejornais brasileiros do presente e do passado sem o aval desses poderosos “controladores” de arquivos. Perdemos muito do conteúdo do passado em incêndios e reutilização de fitas gravadas. Mas ainda há milhares de horas de telejornais gravados em centros de documentação de nossas emissoras e precisamos garantir o acesso livre e irrestrito para os pesquisadores. Esses noticiários são documentos fundamentais para pesquisarmos nosso passado.

O acesso livre à nossa memória televisiva é questão basilar e estratégica para a preservação da história e da democracia no Brasil. Reivindicamos garantias do público a um acesso livre e irrestrito aos conteúdos dos telejornais brasileiros, e sua disponibilização ao acesso público eficiente e de baixo custo aos arquivos de telejornalismo. As novas tecnologias podem auxiliar a remediar essa situação, pois a evolução dos recursos audiovisuais permitiu aumento da capacidade de armazenamento digitalizado e, sobretudo a facilidade de transmissão via internet.

Além disto, os conteúdos dos telejornais devem ser acessíveis em bibliotecas ou instituições públicas como a Biblioteca Nacional, da mesma maneira que a informação textual – livros, jornais e revistas – está disponível.

Encaminhamento:

A ser encaminhada ao Ministério da Cultura, MCTI, Palácio do Planalto, Conselho Nacional de Arquivos (e outros órgãos governamentais que a Assembleia da ANPOCS vier a sugerir).

Antonio Brasil